



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 10 - 2013/2017

Data da Sessão : 29 de Abril de 2015

Início da sessão: 17:00 horas

Términus da Sessão: 21:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Manuel Marques Dias, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Maria Manuela Mata Marques, Pedro Manuel Marques Jana , José Casimiro Gonçalves Pereira, José Maia Marques, António Manuel Tavares Martins, António Cardoso Lopes, Afonso Matias, António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, Adélia Maria Rosa Martins, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

Faltas Justificadas: Duarte Filipe B. Matos, António Manuel Poeiras Ludovino,
João de Matos Filipe

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta n.º 10 - 2013/2017

29 de Abril de 2015

-----INICIO-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mação**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa à Informação nº 9/2015 da Secção de Aprovisionamento referente à Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos.**
- 4) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para “ Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos”.**
- 5) Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2014.**
- 6) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas**
- 7) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2015**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe B. Matos, António Manuel Poeiras Ludovino, João de Matos Filipe, que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais José Casimiro Gonçalves Pereira, Adélia Maria Rosa Martins e Afonso Matias.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 9 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Fevereiro de 2015 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três abstenções.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que teve conhecimento de uma visita feita pelo Sr. Presidente da República a alguns concelhos vizinhos e solicita

informação sobre o porquê de, nessa visita não ter sido incluído o concelho de Mação uma vez que a visita se vai centrar na área florestal e o trabalho da autarquia tem sido bastante bom nesta área. Continua a sua intervenção questionando a Câmara sobre os critérios para os convites enviados para os eventos organizados pela mesma pois recebe regularmente alguns convites mas para a inauguração do Museu não foi enviado convite, o que considera ilógico.

Termina a sua intervenção solicitando informação à Câmara sobre démarches feitas pela mesma relativamente à falta de água no rio Tejo.

--- O vogal José Maia inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à sinalização indicativa das povoações, verificou que junto à povoação de Chão de Codes existem duas placas indicando essa povoação mas não existem placas indicativas para Cardigos, Amêndoa ou Carvoeiro. Ainda relativamente à temática da sinalização refere que, em Mação não há placas que indiquem qual o caminho a seguir para Aboboreira ou Amêndoa.

Continuou a sua intervenção referindo que teve conhecimento do Trilho de Mação, percurso pedestre que serviu de base para o passeio pedestre do dia 25 de Abril e que algumas pessoas que fizeram esse passeio referiram que a única paisagem bonita que viram foi quando chegaram ao Cabeço da Cruz. Relativamente a este assunto refere que o concelho de Mação tem sítios excelentes para se fazerem percursos pedestres organizados, com belíssimas paisagens, nomeadamente no Bando do Codes, na Serra de Chão de Codes, Ortiga, Aziral e se a Câmara estiver interessada pode disponibilizar um trabalho que elaborou sobre alguns trilhos a que chama os “trilhos dos pontos cardeais”.

--- O vogal Nuno Bragança intervém para informar que esteve presente no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios, nos dias 27 e 28 de Março, no qual acompanhou o Sr. Presidente da Câmara e no qual foram abordados vários temas da actualidade dos municípios.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que estacionou o seu carro no Largo da Feira e quando de lá saiu ficou um pouco baralhado com a sinalização horizontal junto ao anfiteatro José Costa. Questiona a Câmara sobre se aquela sinalização não estará um pouco confusa para quem ali circula com pouca assiduidade

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção informando que teve informação por parte de alguns munícipes que, por causa da abertura de um furo de um

particular, o abastecimento de água naquela povoação terá sido interrompido. Questiona a Câmara sobre se tem conhecimento desta situação pois os moradores daquela localidade continuam a queixar-se da situação. Continua a sua intervenção referindo que volta a insistir na necessidade da alguma intervenção no cruzamento da EN3-12 para Monte Penedo, Ortiga e Estação, dada a má visibilidade daquele local e solicita informação sobre se a Câmara já tem algo em perspectiva para aquele local. Termina a sua intervenção referindo que, relativamente à Exposição de Cipriano Dourado, que decorreu na Galeria do Centro Cultural Elvino Pereira, a mesma se tinha iniciado com um determinado número de quadros do referido artista, tendo terminado com um número de obras diferente e solicita informação sobre o assunto.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão do vogal António Reis sobre a visita do Sr. Presidente da República a esta região, informou que foi confrontado com a possibilidade do Sr. Presidente da República vir visitar três concelhos desta região, no âmbito da floresta, no sábado antes da mesma, que se realizou na quarta feira. Mais informou que esta era uma visita temática a empresas da área florestal. Refere que ficou desagradado com esta informação pois havia mais uma vez a questão da floresta, que é um tema tão caro ao Sr. Presidente da República e lamentavelmente o trabalho que Mação tem feito nesta área, não tinha sido até então reconhecido e pensou que esta seria uma boa oportunidade para o fazer e nesse sentido, a Câmara Municipal de Mação fez um comunicado a manifestar o seu desagrado pela não inclusão de Mação nesta visita. Após contactos com a Casa Civil do Sr. Presidente da República, foi informado que a Câmara nunca tinha convidado o Sr. Presidente para uma visita ao concelho, o que é verdade mas considera que há situações em que não será necessário um convite formal para uma visita e por isso lamenta que este episódio tenha sucedido ainda mais porque é do conhecimento da Casa Civil do Sr. Presidente da República o trabalho que aqui tem sido desenvolvido pois o Sr. Vereador António Louro já teve a oportunidade de ter entregue um dossier com documentação sobre o trabalho desta autarquia.

Relativamente ainda à intervenção do vogal António Reis e ao facto do mesmo não ter sido convidado para a inauguração do Museu, refere que deve ter ocorrido alguma anomalia pois deveria ter sido convidado para esse evento. Mais refere que a Câmara tem uma base de dados relativamente estável pelo que deve ter ocorrido algum problema que desconhece mas apresenta as suas desculpas por este lapso.

Relativamente à quantidade de água no rio Tejo e nomeadamente à quantidade de água na albufeira da barragem, foi endereçada uma carta à EDP a solicitar que, se fosse possível, fosse mantida a cota de água num nível estável, a exemplo do que aconteceu no ano passado, praticamente durante todo o verão para que as pessoas pudessem usufruir daquele espaço em condições e na sua plenitude. Na resposta que chegou ontem mesmo, na qual informam que este ano não poderão garantir a mesma quantidade de água como fizeram no ano passado pois aquilo que choveu pode vir a não permitir que isso aconteça, para além dos acordos internacionais que existem nesta matéria, que eles não controlam e que têm a ver com as nossas obrigações com Espanha.

Relativamente à questão do vogal José Maia sobre as placas de sinalização na zona de Chão de Codes, informa que a sinalização que ali se encontra foi colocada há muitos anos pela então Junta Autónoma de Estradas pois a estrada era da responsabilidade da mesma e agora a Câmara também já não vai poder fazer nada pois a estrada voltou a ser da responsabilidade das Estradas de Portugal e assim qualquer sinalização que possa ser colocada naquela estrada não é da responsabilidade da Câmara, o que não invalida que não possamos alertar para os lapsos de sinalização que ali existem e que devem ser corrigidos. Quanto a não existirem placas indicativas de Amêndoa e Aboboreira em Mação, considera que este é um assunto que temos de pensar todos qual será a melhor forma pois existem placas de sinalização de várias povoações mas nunca poderá haver de todas, será necessário encontrar um critério, considerando que fará sentido que haja placas indicativas das sedes de freguesia.

Em relação aos percursos pedestres refere que todos sabemos do potencial do nosso concelho nesta matéria e a opção que se fez para se fazer este percurso em Mação teve a ver com o facto do mesmo ser muito utilizado nos passeios organizados pela responsável da Câmara nesta área e que poderia ter muita adesão de pessoas por ser na vila, sendo certo que a homologação destes percursos pedestres não é simples nem barata pois as placas de sinalização obedecem a determinadas regras, necessitam ser homologadas pela Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo de Portugal e não lhe parece muito viável espalhar percursos por todo o concelho considerando que, paulatinamente se pode ir avançando freguesia a freguesia nesta matéria. Informa ainda que o que está mais adiantado é um percurso nas margens da Ribeira de Eiras, do Rosmaninhal até Ortiga e o do Poço Mourão na zona de Amêndoa.

Relativamente à sinalização junto ao Anfiteatro José Costa, referido pelo vogal Cardoso Lopes, informa que a mesma foi colocada seguindo as recomendações das autoridades, tendo sido o anterior comandante da GNR de Mação que fez o desenho com as indicações daquela sinalização pois havia várias opiniões para a mesma. Compreende que possa ser um pouco confuso na primeira vez que ali se passa mas foi indicação da GNR.

Em relação ao vogal José Fernando Martins e à questão da Carregueira informa que a Câmara não tem conhecimento oficial do assunto, o seu conhecimento é de “ouvir dizer” e já disse a algumas pessoas que, enquanto lesadas deveriam fazer uma queixa às autoridades competentes e o furo em questão terá sido autorizado por entidade que não é a Câmara nem a Junta de Freguesia e a quem compete fiscalizar para ver se tudo foi feito de acordo com o licenciamento existente. Assim, em relação a este assunto, a Câmara não fez nada nem irá fazer nada pois não é competente para isso.

Relativamente ao cruzamento de Vale de Abelha e Monte Penedo, já foi mandado retirar as placas que dificultavam a visão e limpar toda aquela área para ver se conseguimos melhorar um pouco as condições de segurança naquele local, sabendo que a construção de uma rotunda seria o ideal mas que é uma situação mais complicada de realizar.

No que diz respeito à Exposição de Cipriano Dourado, informou que, efectivamente a exposição iniciou-se com um determinado número de obras e terminou com um número diferente de obras. As peças da exposição eram de três entidades, do Museu do Neorrealismo, da Culturgest e da filha de Cipriano Dourado que entendeu desde o principio que poderia haver questões de luminosidade e temperatura na galeria que não eram adequados aos quadros da sua colecção, ao contrário das outras entidades que não encontraram nisso algum problema. Mais informou que a Câmara se comprometeu a resolver o problema da luminosidade mas não podia garantir que o mesmo se resolvesse no prazo estipulado pela proprietária das obras, filha de Cipriano Dourado, que sugeriu que a exposição fosse suspensa até ser resolvido o problema sob pena de retirar as obras que lhe pertenciam, o que veio a verificar-se e daí a exposição ter terminado com um número de obras diferente e lamentavelmente mais pobre.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação, bem como listagem de ordens de pagamento e facturas para pagamento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mação**

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que a Área de Reabilitação Urbana aprovada em Fevereiro de 2015 estava circunscrita ao centro histórico da vila de Mação mas após uma análise aprofundada da questão e sendo perfeitamente claro que a possibilidade que a Câmara terá de obter algum financiamento para reabilitação urbana que será circunscrita às sedes de concelho, só poderá ser possível para zonas que estejam dentro da Área de Reabilitação Urbana. Assim, sendo intenção da autarquia a reabilitação da entrada sul de Mação, havia necessidade daquela zona ser inserida na ARU, tendo sido sugerido pela empresa que elaborou o projecto da mesma que fosse incluído todo o perímetro urbano da vila de Mação pois ficaria mais homogéneo e por isso a apresentação desta nova proposta de Área de Reabilitação Urbana mais ampla do que a que tinha sido aprovada em Fevereiro.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que esta nova proposta de alargamento à área urbana considerada pelo PDM poderá fazer sentido devido à intenção de intervenção na entrada sul de Mação mas considera que deixará de ter razão de ser pois vai apanhar uma grande parte de espaço onde não existe construção pelo que foge um pouco à lógica de uma área de reabilitação urbana.

--- O Sr. Presidente refere que compreende a questão colocada pelo vogal Cardoso Lopes mas a Câmara só terá apoio comunitário para reabilitação urbana para espaços que estejam dentro da Área de Reabilitação Urbana e foi essa a razão do alargamento da mesma, para que não haja impedimento de apoio em obras de reabilitação urbana que a Câmara queira levar a efeito.

Em seguida foi colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **Análise e eventual deliberação relativa à Informação nº 9/2015 da Secção de Aprovisionamento referente à Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos.**

O Sr. Presidente informa que o que está aqui em causa é a Câmara usar aqui a prerrogativa de não renovar o contrato de concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos em virtude do mesmo não ter cumprido aquilo que se tinha comprometido com a Câmara Municipal em termos de Caderno de Encargos.

O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção informando que o concurso aprovado para concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos teve como um dos factores decisório para que o mesmo fosse adjudicado à empresa vencedora o Plano de Actividades, para além da renda e da experiência do candidato. O que aconteceu foi que o referido Plano de Actividades não foi cumprido, o que deu origem à informação dos Serviços Técnicos que foi presente e que fica anexa aos documentos da presente sessão e que propõe que não seja renovada a concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos.

Na sequência desta informação e proposta, será aberto novo procedimento de concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos.

--- O vogal Cardoso Lopes considera que este assunto não deve ser votado na Assembleia Municipal pois é uma questão resolvida à partida pois não foi cumprido o artigo 8º do Caderno de Encargos e a Câmara tem toda a legitimidade de não renovar o contrato e notifica o concessionário da sua decisão. Considera que esta questão está resolvida à partida com o não cumprimento ao abrigo do artigo 8º pelo que a bancada do Partido Socialista abstém-se pois está claro o que vem mencionado na informação.

--- O vogal António Martins refere que concorda com o colega de bancada pois está contemplado no regulamento que a falta de cumprimento do contrato dá direito a rescisão do mesmo. Mais refere que o procedimento que vai ser aberto é igual ao anterior o que vai fazer que aconteça a mesma coisa, pois o concessionário não irá conseguir realizar as actividades que se irá comprometer para ganhar o concurso. Considera que, na sua opinião, a Câmara deveria tornar menos exigente este tipo de contratos sob pena dos mesmos não serem cumpridos.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que considera muito importante as actividades desenvolvidas nas Praias Fluviais pelos concessionários dos Bares das mesmas. Considera que o mais difícil nestes concursos é encontrar concorrentes capazes de realizar actividades. Teme que aconteça o que vogal António Martins referiu no que concerne ao incumprimento e à necessidade que a Câmara terá de rescindir contrato anualmente por incapacidade do concessionário, mas apesar disso considera

que não se deve deixar cair esta posição de trazer vida àqueles espaços com actividades e talvez isso seja possível através de parcerias com os concessionários.

O Sr. Vereador Vasco Marques intervém para referir que esta não renovação de contrato foi trazida à Assembleia Municipal porque foi a mesma que aprovou o referido contrato pelo que a Câmara considerou pertinente que a Assembleia se pronunciasse.

Relativamente à exigência das actividades a desenvolver nas praias fluviais refere que a Câmara tem feito investimentos consideráveis nas mesmas para proporcionar um nível de qualidade elevado a quem as utiliza e por isso considera que existem condições para que os concessionários podem desenvolver algumas actividades e ter retorno financeiro das mesmas, de forma a que tudo corra bem para todos. Considera que a Câmara pode estar a ser ambiciosa no que está a pedir aos concorrentes mas se os mesmos considerarem demasiado ambicioso poderão concorrer com uma pontuação baixa neste critério e ganhar o concurso da mesma forma, pois há mais critérios a considerar. Considera que, neste momento, a Câmara deve ser ambiciosa e deve exigir que haja actividade, que haja qualidade, mesmo que os concorrentes não concorram com propostas para o máximo de pontuação possível.

Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com oito abstenções.

O vogal António Martins não participou nesta votação tendo saído da sala antes de se proceder à mesma.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para “ Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos”**.

O vogal António Martins voltou a entrar na sala.

O Sr. Vereador Vasco Marques intervém para referir que, neste concurso, as ponderações foram um pouco alteradas e até mesmo na parte das actividades, a Câmara entendeu que não deveria forçar a fazer com que os concorrentes exagerassem nas propostas de actividades apresentadas, tentando que se realize uma actividade no Natal, no Carnaval e na Páscoa. Refere que, durante o ano há várias associações e IPSS's que se propõem fazer alguns eventos nas praias fluviais e a Câmara considera que seria positivo se houvesse uma coordenação entre estes eventos e o concessionário do Bar. Mais refere que a experiência dos concorrentes também vai ser levada em conta pois a Câmara considera esse critério muito importante para o bom funcionamento daqueles espaços.

---O vogal António Martins refere que, em relação às actividades, realizar uma actividade em Dezembro, naquele espaço, é muito complicado. Mais refere que foi mencionado pelo Sr. Vereador Vasco Marques que a Câmara considera a realização de actividades muito importante para dar mais vida ao espaço mas depois verificamos que as actividades são somente o terceiro factor de desempate porque o primeiro é a renda e depois a experiência.

---O vogal José Fernando Martins deixa o alerta para os intervalos dos valores das propostas pois considera que, se um concorrente apresentar uma proposta de 1,00€ terá os mesmos 25 pontos que um concorrente que apresente uma proposta de 2.000,00€ e este facto pode fazer com que apareçam todos os concorrentes com propostas de 1,00€ pois serão classificados com os mesmos pontos e serão desempatados pelos outros dois critérios sendo que a Câmara define como prioridade a proposta mais vantajosa economicamente para a Câmara.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques intervém para referir que, em relação ao apontado pelo vogal António Martins, a Câmara considera importante as actividades propostas e apesar de ser a renda o factor com mais peso na proposta, a experiência e as actividades são consideradas também muito importantes e em anteriores concursos nem eram consideradas mas agora entende-se que um bom serviço e a animação do espaço são também importantes. Relativamente à possibilidade de se realizarem actividades no inverno refere que há provas de BTT, de orientação e passeios pedestres que poderiam ser valorizados se, num destes espaços houvesse um bar onde beber um café e um espaço para comer e certamente as associações escolheriam estes espaços para realizar estas actividades.

Relativamente ao intervalo do valor das rendas, realmente um concorrente com uma proposta de 1,00€ terá os mesmos 25 pontos que um concorrente com uma proposta de 1.900,00€ mas se nos outros dois factores ficarem empatados, o primeiro factor de desempate é ser a proposta mais vantajosa para a Câmara e nesse momento ganharia o concorrente com a proposta de 1.900,00€ pelo que não é igual à proposta de 1,00€.

Colocado à votação, o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2014.**

O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que a Câmara apresenta estes documentos para análise, discussão e votação dos membros desta Assembleia após os

mesmos terem sido aprovados por maioria com duas abstenções em reunião de Câmara e após terem sido devidamente analisados pelos Srs Vereadores. Continua referindo que o executivo pensa que estes documentos que submetem à apreciação da Assembleia são suficientemente esclarecedores da actividade da Câmara no ano de 2014 não carecendo da sua parte de uma intervenção muito longa, mas, em todo caso, gostaria de realçar alguns pontos e que alguns fossem retidos por todos. Em todo o documento pensa ser clara a avaliação que o próprio executivo faz de si próprio enquanto responsáveis políticos e por isso afirmam sem qualquer tipo de reserva que entendem que em algumas áreas o seu desempenho ficou aquém daquilo que esperariam realizar e que gostariam de ter realizado e levado a efeito. Apesar de tudo isso, também refere que também é dito de forma clara que, globalmente, pensam ter sido positiva a actividade desenvolvida. Lembra que, em Dezembro de 2013, quando foi submetido o Plano e o Orçamento à Assembleia Municipal, foi assumido claramente um determinado caminho e uma determinada estratégia no que diz respeito à apresentação dos documentos e lembra-se de ter dito que, ao apresentar os documentos daquela forma tão sistemática se colocariam a jeito, de uma forma muito mais clara, serem avaliados pela acção desenvolvida e o documento apresentado hoje comprova isso mesmo. Neste documento está expresso muito claramente as áreas em que o trabalho do executivo foi, do nosso ponto de vista, boa, razoável e onde ficou aquém das expectativas do executivo.

Continua referindo que o Plano de Actividades de 2014 estava dividido nas áreas da Acção Social e Apoio às Famílias, Educação, Conhecimento, Cultura e Cidadania, Saúde, Bem Estar, Desporto e Lazer, Infraestruturas e Obras Públicas. Nestas áreas, entende o executivo que a sua acção foi muito satisfatória uma vez que conseguiu concretizar cerca de 100% daquilo que se tinham proposto. Nas áreas Gestão do Património, Turismo, Floresta e Agricultura, Associativismo e Desenvolvimento Rural, bem como a Comunicação e a Proximidade com o Município, tiveram uma taxa de concretização razoável. Por fim, no Apoio às Empresas e Agentes Económicos e a Juventude teve uma taxa de execução que ficou aquém daquilo que o executivo esperaria quando da elaboração do Plano de Actividades. Obviamente que hoje poderia ser muito fácil entrar em grandes dissertações sobre as razões que levaram a que muitas das actividades não fossem concretizadas e não podemos também esquecer que muito daquilo que não estava proposto em Plano de Actividades foi concretizado e disso também os Srs membros da Assembleia Municipal podem ter noção e o devido

conhecimento porque também é junto a estes documentos um resumo muito exaustivo das informações que foram submetidas à Assembleia Municipal durante o ano de 2014 para que tenham assim uma melhor e mais afinada perspectiva daquilo que o executivo fez pois obviamente não devem avaliar a actividade da Câmara Municipal de Mação somente por aquilo que estava previsto em Plano de Actividades porque na maioria dos casos o executivo foi muito para além daquilo com que se tinham comprometido.

Refere que considera importante deixar duas notas que podem de alguma forma de justificar o facto de não ter ido tão longe quanto era ambição deste executivo. Relembra que estávamos no final de um Quadro Comunitário de Apoio e que não tivemos fundos comunitários durante o ano de 2014, contrariamente ao que era a expectativa deste executivo, nomeadamente para a obra da Casa das Associações e esperamos ter esses fundos, a breve prazo. Relembra também que, ao contrário do que era a expectativa do executivo, o novo Quadro Comunitário de Apoio ainda não está em vigor e foi completamente impossível ter alguma receita por essa via. Também o PRODER chegou ao fim e foi uma fonte de financiamento no ano anterior. Relembra ainda que tinha previsto em Orçamento utilizar a nossa margem de endividamento para, eventualmente contrair um empréstimo, e isso também não aconteceu. Informou que a Câmara Municipal de Mação teve um decréscimo de receita de 2013 para 2014 de 8,7%, ou seja, recebemos menos 756.000,00€ e esta realidade teve reflexos na actuação da Câmara durante o ano de 2014 porque, de uma forma muito clara, mantivemos o rumo que temos seguido de não por em causa a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Mação. Também de uma forma clara este executivo tem dito e vem refletido neste documento, que teremos a breve prazo, de fazer outro tipo de apostas e de arriscar um pouco mais, tendo em conta necessidades prementes que são necessárias suprir no nosso concelho. Há algum tipo de intervenções que urge resolver e perante as quais a Câmara não pode ficar numa atitude passiva e não utilizar os instrumentos que tem à sua disposição para tentar resolver esses problemas.

Em seguida entrou na avaliação económico financeira da Câmara que o executivo apresenta neste documento e inicia referindo que pensa ser unanime o reconhecimento de que a Câmara tem umas contas muito equilibradas e os dados sobre isso são claros e objectivos. Refere que tivemos uma execução na casa dos 80%, quer na receita, quer na despesa, lembrando o que já disse anteriormente, que a Câmara teve uma diminuição de receita de 8,7% e uma diminuição de despesa de 10,83%, ou seja, temos uma diferença de dois pontos percentuais entre a diminuição da despesa e a diminuição

da receita, o que quer dizer que o executivo soube adequar a sua acção ao longo do ano áquilo que eram as suas possibilidades. Refere que, apesar de tudo isto, em muitas áreas foram resolvidas situações que estavam prementes, nomeadamente em alguns arruamentos de algumas freguesias do concelho que estavam bastante degradados a exemplo de alguns outros que existem. Foram iniciadas as obras da Casa das Associações sem qualquer apoio comunitário, foi reabilitado património em Mação e, de uma forma muito clara, foram feitas intervenções um pouco por todo o concelho, nomeadamente a reabilitação da Praia Fluvial de Ortiga, a conclusão e inauguração da Galeria do Centro Cultural Elvino Pereira. Mais refere que, apesar de tudo, o executivo conseguiu manter uma actividade ao longo do ano que foi positiva para o concelho. Lembra que, apesar de todas as circunstâncias, foi diminuída a dívida da Câmara na casa dos 100.000,00€. O que o executivo tentou, ao longo do ano, foi, sem pôr em causa o que era essencial, ir mantendo uma actividade regular por todo o concelho, tentando responder às necessidades mais prementes das populações, tentando lançar bases para um futuro melhor dotando a Câmara de instrumentos importantes, nomeadamente com o Plano Estratégico que está a ser elaborado. Refere que houve, no entanto, áreas em que o executivo não esteve tão bem como esperava e uma delas teve a ver com algo de fundamental para o futuro que é o apoio às empresas e ao empreendedorismo onde não foi efectivamente possível dar o impulso que gostaríamos de ter dado, nomeadamente no Gema. Chamou a atenção para, sem querer aligeirar quaisquer responsabilidades, que algumas das intervenções e das iniciativas e das actividades que estavam previstas nalguns sectores, não serem feitas pela Câmara mas dever ser feito por entidades exteriores à Câmara e isso também condicionou a nossa actividade.

Para concluir, refere que os documentos presentes à consideração dos membros da Assembleia Municipal espelham bem o que fizemos, de uma forma muito clara. É um documento passível de críticas pois muitos dos que aqui estão teriam feito tudo de maneira diferente. Termina deixando uma palavra de agradecimento a todos os funcionários e colaboradores da autarquia por tudo aquilo que foi possível realizar ao longo do ano. Deixa uma palavra muito especial às Associações do concelho que uma vez mais foram extraordinárias no apoio que deram a iniciativas da Câmara e organizando elas mesmas outras iniciativas, dinamizando as suas terras, as suas freguesias e o próprio concelho. Agradece também a todos os Srs Presidentes das Juntas de Freguesia pela colaboração que deram sempre que lhes foi solicitado.

Nunca escamoteamos os problemas que temos pela frente, nunca escamoteamos as dificuldades que o concelho atravessa e estamos sempre disponíveis para incorporar sempre e em qualquer ocasião contributos válidos para ajudar o concelho de Mação.

--- O vogal António Reis apresentou a seguinte intervenção:

“A apresentação das contas é um acto previsto pela lei, de uma situação que já foi, do passado, pelo que vamos é analisar o que foi feito, e o em especial o que não foi.

Quanto ao documento em si, tem uma boa qualidade e apresentação, ainda que a sumula /resumo das comunicações regimentais legais, do Sr. Presidente da Câmara, no meu entender, deveriam ser feitas com mais cuidado, ou então a sua transcrição integral, uma por uma. Dá uma certa sensação de um documento maçudo, com demasiada informação.

Maior discriminação de alguma verbas, que não consegui encontrar, por exemplo as da água na rubrica compra e venda com a Empresa Aguas do Centro; ou a iluminação pública, em que esta será de centenas de milhares de euros. Em contrapartida aparecem outras muito mais pequenas, de vigilância /segurança e ou de aulas de pintura com 4000 e 6000 €, respectivamente.

No entanto a meu ver mantem-se a eterna falta de informação nas contas sobre assuntos importantes como por exemplo - Quanto custa efectivamente a Marca Mação, apesar de saber que está entregue à AMARMAÇÃO?

È um facto tranquilizador a situação financeira da Câmara, com uma capacidade elevada de endividamento, sinal que tem havido pouco recurso a essa forma de financiamento.

Ao mesmo tempo esta virtude, é ela própria o calcanhar de Aquiles das contas/gestão. A falta de obras que se reflete no baixo nível de execução do investimento, na ordem dos 56 % de executado, e muito pouco obra visível. Como não temos dívida, temos as contas equilibradas, e por esse motivo somos penalizados, pelo FAM. Mas não temos obra feita.

Temos que pagar para o Fundo Apoio Municipal, uma espécie de punição deste governo, para quem tem a situação controlada.

“morto por ter cão, e ou por não ter” ou então - uns gastam outros pagam.

- É obvio que, e ainda bem, a CM privilegiou a área social. Dada a situação que o país e de que Mação não foge à regra, os mais vulneráveis necessitam de ajuda. E em especial aos mais idosos, bem como aos alunos das nossas escolas, nos mais diversos tipos de apoios, onde poderíamos e devíamos ir mais longe.

Existiu no orçamento uma série de promessas que por uma qualquer razão não foram executadas. A maior parte delas não o foram quando a sua formalização seria mais de ordem administrativa, aparentemente sem grandes custos, sabendo nós que a CM tem pessoas bastante qualificadas, para este trabalho. Parece mais uma questão de má gestão.

Agora uma pequena análise às promessas não executadas;

Por exemplo:

- Não disponibilização da informação dos apoios comunitários.
- Não Eleição, do provedor do Empresário, nem o conselho empresarial.
- Não criação da bolsa de Livros – foi ao menos começada?
- Não criação de regulamentos municipal relativo á detenção de espécies pecuárias e á detenção de animais de circulação e de companhia.
- Não foi criado o cartão jovem
- Não foi formalizado/empossado o Conselho Municipal de Juventude.
- Não foi criado o gabinete maçanico;
- Não alteração do horário das piscinas descobertas. Porquê'

Relativamente às contas:

Se o auditor diz que estão conforme, nada mais a opor, que como disse antes, já foram feitas as despesas, já não há alteração possível, restam-me o julgamento das opções, Há alguma explicação pra o saldo negativo de cerca de **2,9 milhões** de euros?

Continua o forte recurso aos - **OUTROS**.

Conta - 01010909 – **94.000€**

Conta - 02010299 – **98.000€**

Ainda que em menor escala do que anos anteriores, diga-se. Não sei como o Tribunal Contas diz algo sobre isso. Ou será que diz? Por falar nisso há algum relatório do TC de contas anteriores? Havendo gostaria de ter acesso a ele./eles

Um outro problema:

- quanto Custa a redução de IRS? 1%?
- Quanto recebeu a mais de IMI, se tivéssemos mantido o mesmo valor da taxa minorada?
- qual o diferencial entre a factura de agua comprada à Empresa Aguas do Centro e a recebida dos consumidores

Apesar de um saldo liquido negativo de quase 3 milhões que tento entender, e o porquê da não execução de obra, com a falta de verba recebida, em especial dos fundos europeus, e o aumento da despesa com o social, mas será que só isso é desculpa?

Poucas obras em execução, à excepção, dum realce de imagem para o futuro, **a casa das associações**, que denomino casa Vasco Estrela, que julgo não ser de necessidade absoluta, neste momento de crise.

De resto e em geral só foram executadas, pequenas reabilitações, e conservações, sendo tudo pouco, muito pouco.

Num apreciação mais global de toda a actividade da Câmara foi mais um ano sem grandes rasgos, numa navegação á vista,

Mais parece a utilização em Campanha eleitoral. Mas não o deveria ser em documento duma prestigiada instituição

O exemplo – promoção de um elevado nível de saúde – do orçamento do ano anterior. Por este ziguezaguear, prometendo e não cumprindo, o meu voto e o voto da bancada do Partido Socialista será de abstenção.”

--- O vogal António Martins intervém para referir que há muito tempo lê documentos de prestação de contas e por isso, dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara porque este é, indiscutivelmente, o melhor documento de prestação de contas que já passou por esta Assembleia. Refere que a presente legislação também ajuda com as suas obrigadoriedades todas mas ao ler o parecer do Revisor Oficial de Contas e, de facto, não é necessário ler todo este extenso documento, que assumimos estar feito com correcção e onde estão todos os dados, está claro e com rigor. Refere que o que faz crescer o município, que dá qualidade de vida ao município são as despesas de capital pois se o mesmo não investe e não acrescenta qualquer coisa ao que já tem não adianta andar a fazer remendos aqui e ali e verificou que só conseguimos 52% de execução de despesas de capital e isso deixa-o um pouco preocupado pois ficou aquém do previsto orçamentado. Relativamente às despesas na área social têm, naturalmente, de ser muitas pois somos um concelho envelhecido e estas despesas têm de ser aplaudidas pois um concelho que não apoia os que mais precisa não está a ser correcto mas verifica-se que só foram executados 53,7% de investimento nesta área, o que foi razoável mas poderia ter sido melhor.

Relativamente ao endividamento municipal, acha uma indecência brutal termos de pagar para os outros mas não concorda que se fizesse como os outros e considera que a gestão deve ser rigorosa. Mas ser rigoroso não significa não gastar o que se pode gastar

pois o dinheiro só tem valor quando é gasto, por isso, gastando com algum cuidado, é importante que isso se faça e é importante que o executivo seja corajoso ao ponto de gastar o que puder a fazer investimentos desde que os mesmos sejam sérios e de criação de melhores condições de vida para as nossas populações e de apoio a qualquer coisa que resolva um problema de nós todos, que nós todos consideremos um problema de resolução urgente.

Relativamente ao Relatório de Gestão, o mesmo tem muita informação que não era necessária mas o documento está formalmente bem feito. Considera, no entanto que falta aqui muita coisa, nomeadamente, gostaria muito que no relatório de 2015 se possa ler que foi feito um grande investimento sério que as entidades políticas podem dar ao repovoamento do nosso território pois em pouco mais de dez anos perdemos 13% da nossa população e neste momento tem de se combater este estado de coisas casal a casal, pessoa a pessoa. Considera que é preciso motivar as pessoas e que as nossas juntas de freguesia e a nossa Câmara convençam as nossas empresas a fazer do critério da residência um critério importante de contratação. Considera que nós vivemos bem aqui e por isso cabe a cada um de nós convencer um amigo a vir para cá viver e considera que o Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos faz um trabalho louvável nesse campo e que esta é uma preocupação que o move. Termina referindo que gostaria muito que, para o ano, estivéssemos todos a discutir aquilo que conseguimos fazer nesta área pois há coisas que se podem fazer, nomeadamente um pacto económico para fixação de um casal que possivelmente terá filhos, para se fixarem numa das nossas freguesias.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que este documento está formalmente bem apresentado, cuidado e que esse facto deve ser salientado. Mais refere que, após a apresentação do Sr. Presidente ficou com mais certeza que este documento foi feito com um sentimento de humildade onde o executivo assume as fragilidades que teve na execução do que se tinha proposto para este ano. Relativamente à rubrica Outros, refere que só quem nunca classificou, em termos contabilísticos, o que quer que seja, poderá chamar a atenção da Câmara para esta rubrica, pois, se não utilizar esta rubrica Outros, é impossível classificar a variedade de aquisições que é feita diariamente. Mais refere que, ao analisar estas contas se verifica que o município tem fragilidade em gerar receita própria e por isso está dependente das transferências correntes do Estado e como não recebeu mais de um milhão de euros de fundos comunitários que pensava receber, a execução de receitas de capital ficou num

valor baixo mas olhando para a taxa de execução de 80%, num ano em que houve os cortes de receita parece-lhe que se deve ser solidário. Sabendo que houve uma receita inferior ao ano anterior e que houve necessidades acrescidas em vários sectores da sociedade que a Câmara teve de apoiar e como não houve receita de capital, o investimento também não foi grande, o que lhe parece perfeitamente explicado. Considera significativo ter baixado a dívida em cerca de 100.000,00€ que lhe parece significativo e que pensa ser estratégico para depois ter capacidade para avançar quando for oportuno o que considera ser muito importante. Refere que o executivo lançou mão de um projecto que lhe parece ser o mais importante dos últimos anos, que é o Plano Estratégico e que será muito importante pois dará indicadores importantes que poderão mostrar o caminho para que sejamos capazes de dar esse impulso no sentido de garantir a qualidade de vida e de nos afirmarmos um pouco pela positiva. Deixa o reconhecimento pela tentativa bem concretizada da apresentação sólida e sustentada dos documentos.

--- O vogal Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que concorda que a apresentação dos documentos é boa e facilita a forma de ler e entender as coisas pela forma como está exposto. Contudo gostaria de ver algumas coisas mais descaracterizadas para saber o que envolvem. Relativamente à Acção Social, considera indiscutível a preocupação da Câmara nesta área que considera que faz sentido pois o nosso concelho é muito envelhecido e gostaria de saber que tipo de actividades que se desenvolveram nesta área. No que diz respeito ao empreendedorismo, não foi criada a figura do Provedor do Empresário e solicita informação sobre o assunto. Relativamente à floresta solicita informação sobre o concurso de construção de faixas de baixa densidade. No que diz respeito à bolsa de terras, a mesma não foi criada mas talvez a Câmara pudesse fazer um inquérito sobre o assunto para se tentar perceber da necessidade e da premência da mesma. Solicita informação sobre a formação vitivinícola que foi patrocinada pela Câmara. Sobre Desporto e Lazer, solicita informação sobre projectos que foram iniciados há mais de uma década. Em relação às Infraestruturas e o projecto do acesso sul a Mação, considera que os acessos às sedes de concelho são sempre bandeiras dos municípios por isso solicita informação porque é que este projecto ainda não está concluído. Considera que a Câmara poderia promover um projecto de simulação e o colocasse à discussão da população pois assim as pessoas iriam sentir que a mesma seria uma realidade. Considera que esta questão deve ser ponderada pois a entrada sul a Mação é o nosso cartão de visita. Questiona

sobre o Gabinete do Maçanico. Refere que a demonstração de insatisfação do executivo de não ter conseguido atingir os objectivos é, na sua opinião, um bom sinal pois quem demonstra insatisfação está a querer dizer que quer alcançar mais para a próxima e isso é uma boa nota, no seu ponto de vista. Continua a sua intervenção referindo que compreendeu que a Câmara vai fazer alguns investimentos a breve prazo, o que considera positivo para não caírem em período de eleições. Termina a sua intervenção referindo que deveria ter sido feito um filtro na descrição dos serviços municipais pois são os relatórios apresentados nas Assembleias Municipais e algumas actividades repetem-se.

--- O vogal Manuel Dias inicia a sua intervenção referindo que este documento é bastante claro e as contas bem apresentadas. Refere que o Plano Estratégico está a ser elaborado e com a capacidade de endividamento que a Câmara tem, poderá preparar-se para fazer algo de concreto fundamentalmente na área económica pois é a produção de riqueza que permite a fixação de pessoas cá. Relativamente ao FAM, refere que para uma Câmara com um Orçamento de cerca de 8 milhões de euros, ter de entregar cerca de 500.000,00€ ao FAM é muito significativo e considera que é triste que assim seja. Continua a sua intervenção referindo que houve um dispêndio significativo na área social, o que é de salientar. Refere que a Câmara aumentou um pouco o prazo médio de pagamento a fornecedores mas está a pagar a 45 dias que é um prazo mais do que razoável. Considera que a Câmara tem as contas preparadas para, com base no Plano Estratégico, vir a criar riqueza no concelho que aquilo que precisamos.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para dar os parabéns à Câmara pelo documento de prestação de contas, que considera ser um documento sério e honesto. Continua a sua intervenção referindo que o Sr. Presidente na sua intervenção falou em aumentar a qualidade de vida, concorda que esse deve ser o objectivo de todos e lança o desafio de que o investimento que possa vir a ser feito nos próximos anos no âmbito do Plano Estratégico, possa ser um trabalho de todos, com o contributo de todos pois só assim fará sentido.

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção agradecendo as palavras dirigidas à Câmara. Relativamente às informações escritas apresentadas nas Assembleias Municipais, a intenção foi de total clareza, mas poderá ser uma questão a estudar para o futuro. Relativamente à Marca Mação e à AmarMação, informa que está previsto nas grandes opções do plano um valor para a questão da Marca Mação e daquilo que está a ser desenvolvido. Foi também assumido no Plano de Actividades para 2014 que tudo

aquilo que a Câmara tem feito e gasto e que até ao momento tem sido pouco, seria objecto de uma "transferência" para a AmarMação e o que a Câmara está a pensar fazer dentro de muito breve prazo é que a AmarMação fique responsável pela divulgação da Marca Mação pois a mesma reúne todos os produtores que vão ter o selo da referida marca e, eles, melhor que a Câmara devem ter a gestão daquilo que é do seu interesse particular que no seu conjunto é o interesse do concelho, a criação de riqueza. Mais informou que a Câmara vai estabelecer um protocolo com a AmarMação, devidamente claro e quantificado onde alguns dos serviços que a Câmara hoje presta, nomeadamente na segurança e higiene alimentar, ser feito através da AmarMação e a Câmara atribuirá uma verba para isso ser feito. Relativamente à questão dos empréstimos informou que essa possibilidade está a ser ponderada e poderá ser uma mais - valia porque é claro que no próximo Quadro Comunitário de Apoio não haverá apoio para obras e por isso, ou temos meios para acudir às nossas estradas e arruamentos e para induzir alguma riqueza ou dificilmente se fará alguma coisa pois não haverá mais dinheiro para obras.

Em relação à Acção Social, o que a Câmara fez foi diminuir em 50% o valor a pagar pelas refeições escolares do ensino básico e Jardins de Infância.

No que diz respeito aos Gabinetes, os mesmos não foram criados por manifesta falta de tempo e disponibilidade para que as coisas sejam feitas com alguma razoabilidade e bem feitas. O projecto de criação do Provedor do Empresário continua de pé e muito em breve vai ser feito um encontro com todos os empresários do concelho onde, nessa altura, esperamos estar em condições de apresentar essa figura, que servirá de interlocutor e que será um gesto simbólico que consideramos importante.

Relativamente a ter sido um ano em que a Câmara fez poucas obras, refere que a Câmara foi fazendo algumas obras de alguma importância em alguns locais, não tendo sido feitas obras grandes porque esse tempo também já passou mas fizemos asfaltamentos em muitos arruamentos em várias freguesias.

Em relação à execução orçamental do PPI, obviamente que não orgulha o executivo, bem como das despesas de capital, informa que o dinheiro que é transferido pelo governo para a Câmara é 90% para despesas correntes e 10% para despesas de capital, são estas as orientações que existem.

No que concerne à intervenção do vogal António Martins, refere que foi deixada uma questão séria e importante e, da mesma forma que os membros da Assembleia Municipal foram chamados a dar contributos para o Plano Estratégico, também nestes

assuntos fundamentais para o futuro do concelho, todos terão uma palavra importante a dizer. Relativamente ao Clube Sénior, informou que o mesmo desenvolve várias actividades para os idosos, nomeadamente actividades lúdicas, recreativas, palestras, e outras. Mais informou que ainda não entrámos na fase dos arranjos e o objectivo por agora é criar actividade física, cultural a idosos que não estão institucionalizados.

Em relação às faixas de baixa densidade informou que tudo foi feito mas gastou-se menos 150.000,00€ do que o que estava orçamentado, o projecto foi concluído e o apoio foi pago à Câmara.

No que diz respeito à Bolsa de Terras, informou que é um projecto que não foi abandonado, sentimos que poderá ser importante mas não temos a certeza sobre a necessidade do mesmo. Mais informou que se deverá auscultar as pessoas, em cada freguesia, para saber se há efectivamente interessados no projecto.

Relativamente à formação de viticultura, informou que foi uma formação com técnicos habilitados e os formandos eram essencialmente produtores de vinho, numa perspectiva de melhorar aquilo que estão a fazer.

Em relação ao projecto da entrada sul a Mação, refere que considerou interessante a ideia do vogal Cardoso Lopes de por o projecto à discussão pública para que as pessoas possam dar a sua opinião. Mais informou que o referido projecto está praticamente finalizado.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com nove abstenções.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas**

O Sr. Presidente intervém para referir que, neste parecer, ainda há várias questões que têm de ser melhoradas na apresentação das contas da Câmara e têm a ver com questões que já foram faladas várias vezes em sessões desta Assembleia, algumas cabimentações que não estão feitas de forma correta. Mais informou que a implementação da contabilidade de custos terá de ser uma realidade bem como muito do que vem expresso no parecer para que as contas da Câmara sejam o mais adequadas possível à nossa realidade económico financeira.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que todos foram de acordo com a contratação do Revisor Oficial de Contas e tem-se verificado que o mesmo tem ajudado a emendar algumas coisas que não estavam a ser bem feitas, o que considera muito positivo.

Refere que a questão da contabilidade de custos, que já tinha sido mencionada várias vezes pelos eleitos do Partido Socialista, vai ser muito importante para a Câmara pois vai diminuir consideravelmente o valor das rubricas de Outros

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2015**

O Sr. Presidente intervém para informar que esta questão se prende com a autorização da Assembleia Municipal de utilização pela Câmara do Saldo de Gerência, no valor de 85.786,20€, que obriga a uma alteração orçamental que é presente e vai servir para inserir o Saldo de Gerência no Orçamento.

Colocado à votação, o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade --- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.